

INTRAL S.A. INDÚSTRIA DE MATERIAIS ELÉTRICOS (continuação) CNPJ: 88.611.264/0001-22 - NIRE: 43300004899- CAXIAS DO SUL - RS - INDÚSTRIA BRASILEIRA

NOTA 15. SEGUROS: Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos, para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado 2023	Valor Segurado 2022
Edificações e conteúdos, estoques e almoxarifados, responsabilidade civil e lucros cessantes	Incêndio e riscos diversos	202.400.000	202.400.000
Veículos	Colisão e responsab. civil	284.206	284.206
Total		202.684.206	202.684.206

NOTA 16. VALOR DE MERCADO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A empresa não possui direitos contratuais recebíveis em instrumentos financeiros de outra entidade, bem como inexistem direitos contratuais de troca de resultados financeiros ou instrumentos financeiros com outra entidade. Todos os ativos e passivos financeiros estão registrados e avaliados segundo as disposições contratuais assumidas, estando demonstrados contabilmente pelos valores prováveis de realização. **NOTA 17. PARTES RELACIONADAS:** As transações comerciais com as partes relacionadas foram efetuadas em condições usuais de mercado para as respectivas operações. A seguir estão demonstrados os

principais saldos reconhecidos nos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como, as transações que influenciaram no resultado desses exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da companhia com suas controladas e outras partes relacionadas e, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para as respectivas espécies de operações.

DESCRIÇÃO

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Ativo - Circulante		
Clientes	16.639.920	12.311.196
Dem demonstração do resultado do exercício		
Venda de produtos para a controlada	23.120.367	22.984.144

NOTA 18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA: A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com a NBC TG 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Empresa e outras atividades que não são de investimento e de financiamento; Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos. A seguir é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício de 2023:

	31/12/2022	Fluxo de Caixa	Adições	Pagamentos	Juros	31/12/2022
Financiamentos Circulante	24.835.955	8.521.770	31.674.993	(24.808.411)	1.655.189	33.357.725
Financiamentos Não Circulante	5.710.052	11.157.261	11.783.841	(817.540)	190.960	16.867.313
NOTA 19. ARRENDAMENTO MERCANTIL: O montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar, a depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Considerou-se como componente de arrendamento o contrato de utilização dos imóveis fabris ocupados pela empresa. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros de 0,35% a.m. A Administração da Entidade definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado. De acordo com a norma CPC 06, as contraprestações de arrendamento, anteriormente registradas como despesas com aluguel, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. A seguir apresentamos a posição dos arrendamentos em 31/dez./2023:						
1. Apropriação do contrato de arrendamento (pelo prazo do contrato):						
Direito de Uso de Imóvel (ATIVO NÃO CIRCULANTE-IMOBILIZADO)	6.010.866					6.346.446
Encargos Financeiros a Transcorrer (PASSIVO CIRCULANTE E LONGO PRAZO)	1.264.335					1.142.793
Arrendamento a Pagar (PASSIVO CIRCULANTE E LONGO PRAZO)	7.275.201					7.779.240
2. Apropriação mensal da depreciação:						
Depreciação de Bens Arrendados (RESULTADO)	31/12/2023					31/12/2022
Depreciação Acumulada de Bens Arrendados (reduzora ATIVO NÃO CIRCULANTE)	62.426					68.600
3. Apropriação mensal dos encargos financeiros (pelo prazo do contrato):						
Despesa Financeira (RESULTADO)	31/12/2023					31/12/2022
Encargos Financeiros a Transcorrer (PASSIVO CIRCULANTE)	13.205					12.663

NOTA 20. EVENTO SUBSEQUENTE: Em 31 de dezembro de 2023 até a data de realização da auditoria (12 de março de 2024), não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira das demonstrações contábeis apresentadas.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da INTRAL S.A. - INDÚSTRIA DE MATERIAIS ELÉTRICOS Caxias do Sul - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da INTRAL S.A. - INDÚSTRIA DE MATERIAIS ELÉTRICOS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INTRAL S.A. - INDÚSTRIA DE MATERIAIS ELÉTRICOS em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das controladas Aledis Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Sinergia Business Ltda., correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos de tal investimento naquela data e do correspondente resultado registrado no exercício de 2023, com base no valor de patrimônio líquido daquelas empresas, sendo que

nossos exames a respeito se limitaram à identificação do acolhimento contábil dos valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, conforme relatório emitido em 21 de fevereiro de 2023, com ressalva semelhante ao mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo,

considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Eldorado do Sul, 12 de março de 2024.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-0
Roberto Caldas Bianchessi
Contador
CRC/RS 040078/O-7 S-RS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				DIRETORIA		CONTADORA	
Edson D'Arrigo Presidente	Clóvis Kieling Lumertz Vice Presidente	Marcus Antonio D'Arrigo Conselheiro	Paulo Targa D'Arrigo Conselheiro	Myriam Melissa Bado Espino de Martins Conselheira	Rodrigo dos Santos Fantinel Diretor Presidente	Marcus Antonio D'Arrigo Diretor	Catiane Zen CRC/RS 075795/O-0

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- agencias@jornaldocomercio.com.br
- comercial@jornaldocomercio.com.br
- [\(51\) 3213-1333 / 3213-1338](tel:(51)3213-1333)
- [\(51\) 9 9649-0062](tel:(51)99649-0062)

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC